



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Estudos Técnicos - ETP Nº 77 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SECOM

Contratação de Empresa Jornalística de grande circulação no Estado do Piauí para publicação dos comunicados, avisos, resumos de editais ou quaisquer outras matérias escritas pertinentes a publicações exigidas pela Lei nº 8.666/93, bem como de todas as matérias eleitorais necessárias ao conhecimento do público em geral.

INTEGRANTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
Papel	Nome	Lotação	Ramal
Integrante Demandante / Técnico	Vivianne Furtado de Carvalho Silva	SELIC	9858
Integrante Administrativo	Joziele Coimbra Borges de Andrade	SECOM	9817

1. Descrição da Necessidade da Contratação

- 1.1. A presente contratação está prevista no Planejamento das Contratações 2022, e alinha-se ao o Planejamento Estratégico deste Tribunal, especialmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento da gestão da comunicação e informação.
- 1.2. A contratação dos serviços de publicação de matérias em jornal de grande circulação local se revela necessária para garantir a ampla publicidade dos atos administrativos do TRE-PI, especialmente dos comunicados, avisos, resumos de editais ou quaisquer outras matérias escritas pertinentes a publicações exigidas pela Lei nº 8.666/93, bem como de todas as matérias eleitorais. É um serviço que pela sua natureza não poderá haver descontinuidade.
- 1.3. É dever do Gestor Público promover a publicidade de seus atos administrativos, zelando sempre pela transparência de suas ações. Essa contratação além de atender aos referidos princípios constitucionais, está prevista nas Leis referentes as licitações e contratos. Basicamente visa dar conhecimento do ato administrativo ao público em geral, sendo a publicidade necessária para que o ato administrativo seja oponível às partes e a terceiros; e servir como meio de transparência da Administração Pública, de modo a permitir o controle social dos atos administrativos.
- 1.4. Tem por fundamento os seguintes diplomas legais: art. 37, da Constituição Federal de 1988 e art. 3º, da Lei nº 8.666/93.

2. Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual

- 2.1. A presente demanda foi contemplada na Proposta Orçamentária 2022

3. Dos Requisitos da Contratação

- 3.1 - Os serviços deverão ser prestados por jornal de grande circulação no Estado de Piauí, com publicação regular.
- 3.2 - Será celebrado contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93.
- 3.3- As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitos às penalidades previstas nos artigos no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.
- 3.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço do serviço.
- 3.5. As publicações deverão possuir formato mínimo de 02 (duas) colunas por 01 (um) centímetro e máximo de 02 (duas) colunas por 40 (quarenta) centímetros, tendo como base para o cálculo do valor da publicação a unidade de medida de formato (**formato 02 colunas por 01 cm**), e inseridas em qualquer página do jornal contratado, exceto nos classificados;
- 3.6. A empresa receberá, juntamente com o texto, a especificação do formato a ser publicado.
- 3.7. A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93.

4. Levantamento de Mercado

- 4.1. Diversas empresas podem prestar o serviço, por se tratar de serviço comum, disponível no mercado. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas, ou casos de complexidade técnica do objeto.

5. Estimativa do Valor da Contratação

- 5.1. O custo estimado da contratação deverá estar previsto no Edital (art. 15, Decreto nº 10.024/2019), sendo neste caso de **R\$ 30.819,75 (trinta mil oitocentos e dezenove reais Custos, doc. SEI nº 1592630).**

Planilha de Formação de Preços - Publicação de matérias em jornal

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTID.	ORÇAMENTOS
				EMPRESAS
1		02 colunas		JORNAL O DIA

Publicações de matérias de interesse do TRE-PI em jornal de grande circulação / Valor da unidade de medida de formato utilizada na publicação (02 colunas por 01 cm)	por 1cm	975 cm (Valor da unidade de medida de formato utilizado na publicação é de 02 colunas por 1 cm)	CONTRATO TJ-PI
			CONTRATO TRE-PI 181/2020
TOTAL			

6. Descrição da Solução

- 6.1. A solução adotado foi a abertura de novo procedimento licitatório para contratação de jornal local de grande circulação, **uma vez que a prorrogação do contrato com o preço reajustado (IPCA -IBGE) resultaria no preço de R\$ 37,48 (trinta e sete reais e quarenta e oito centavos)**, conforme Relatório doc. SEI Nº 1562723, **ficando acima do preço médio pesquisado R\$ 31,61 (trinta e um reais e sessenta e um centavos), conforme orientação do parecerista da SAOF, doc. SEI Nº 1590499.**
- 6.2. A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá prover a disponibilização os serviços aqui tratados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme item 03.

7. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Contratação

- 7.1. A contratação em tele engloba a prestação de um único serviço, não é caso de parcelamento da solução.

8. Vigência da prestação de serviços

- 8.1. Esta contratação se dará para prestação desses serviços por **12 (doze)** meses a partir da data prevista na Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado até o limite previsto na Lei n.º 8.666/93.

9. Providências a Serem Adotadas pela Administração

- 9.1. Para que a contratação pretendida tenha sucesso, não será preciso implantar qualquer modificação no trâmite processual, e nem mudanças em ambiente físico já existente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 10.1. No escopo do projeto como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

11. Posicionamento Conclusivo

- 11.1. Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável e necessária, bem como está contemplada na Proposta Orçamentária 2022.
- 11.2. Assim, concluímos pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA.**

Teresina, 25 de julho de 2022.



Joziele Coimbra Borges de Andrade

Analista Judiciário – Matrícula TRE/PI nº 999988

Seção de Comunicações - SECOM – COAAD

Telefone: (86) 2107-9817

Em 25 de julho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Joziele Coimbra Borges de Andrade, Chefe de Seção**, em 25/07/2022, às 07:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1592601** e o código CRC **7E9CE344**.